



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
GABINETE DO COMANDO**

FL. Nº _____

Visto

DECISAO RDC 03/2022/CBMPA- AUTORIDADE COMPETENTE

Após análise da decisão da presidente titular, a Cap QOBM **Renata** de Aviz Batista, referente ao recurso impetrado ao resultado do RDC Eletrônico nº 003/2022-CBMPA, cujo objeto é a **CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO E NOVA GUARDA DO QUARTEL DO COMANDO GERAL**, inicialmente cabe citar os atos até aqui consignados: A fase externa teve início em 27/04/2022 e, neste ato, o processo licitatório contava com as peças e condições requeridas para tal; não houve registro de impugnações, porém houve pedidos de esclarecimentos, consignados nos autos e em campo próprio no sistema comprasnet; Processada a fase de lances, no decorrer da fase de julgamento de propostas foi impetrada denúncia pela empresa **L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA**, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34, de possível caracterização de conluio e suposta interligação de endereços e funcionários em comum caracterizando assim, em tese, formação de grupo econômico para burlar licitações por parte da recorrida e, na oportunidade foram realizadas diligências pela CPL/CBMPA e emitido o parecer jurídico nº 150/2022/COJ/CBMPA, o qual concluiu que a denúncia não prosperava não sendo caracterizado então o conluio e/ou fraude à licitação; passada então à fase de habilitação e habilitada a empresa **CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05. Passado a demais atos, foi manifestada intenção de recorrer pela empresa **L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA**, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34 (mesma que impetrou denúncia em fase anterior), ao resultado proferido pela presidente responsável em 13/07/2022 quando habilitou a empresa **CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05, com ponderações no que tange à habilitação (com idêntico teor a denúncia impetrada). Registre-se ainda que não participou do certame (RDC nº 003/2022/CBMPA) a empresa **ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI**, CNPJ 03.478.057/0001-99, tampouco a empresa **M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, CNPJ: 09.097.907/0001-95.

Neste sentido, até aqui orientado sobre os principais pontos que merecem destaque para facilitar a compreensão desta decisão, tendo por base os fatos e documentos que culminaram até este ato, os argumentos utilizados pela recorrente e recorrida, o entendimento pela ocorrência da ampla defesa e do contraditório, e ainda, que já houve manifestação jurídica

FL. Nº _____
Visto _____



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

deste órgão nos autos, diligências realizadas após o recebimento da denúncia e durante a fase recursal.

Dos questionamentos impetrados pela recorrente temos que:

- a) Procuração outorgada ao Sr. Marcello Pinto Bezerra com plenos poderes para administrar a empresa Construmaz Construtora LTDA EPP;
- b) Conincidência de endereços (M P B Engenharia e Comércio LTDA, Construmaz Construtora LTDA EPP e residência do Sr. Marcello Pinto Bezerra);
- c) Sr. Marcos Alby Machado de Miranda (sócio administrador da empresa Atitude Construtora Eireli) como testemunha no processo que responde a empresa M P B Engenharia e Comércio LTDA;
- d) Funcionários em comum (Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli);
- e) Formação de grupo econômico com requisição de somatório de receitas entre as empresas Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli;
- f) Atuação em conluio na licitação RDC nº 003/2022/CBMPA (M P B Engenharia e Comércio LTDA, Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli).

Em resposta aos questionamentos supracitados, este ordenador de despesas corrobora do entendimento firmado no parecer jurídico nº 150/2022/CBMPA para o caso em tela e com a decisão da presidente da comissão, para tanto temos que:

Quanto ao item “a” considerando que o Sr. Marcello Pinto Bezerra figura como sócio administrador da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, que o mesmo responde a ação penal (em primeira instância), temos que não há óbice jurídico que impeça que o mesmo seja administrador não sócio da empresa Construmaz Construtora LTDA EPP.

Quanto ao item “b” que trata da interligação de endereços este ordenador entende como válida as diligências realizadas quanto ao endereço atual do Sr. Marcello (Belém-Pará) que destoa do endereço das empresas supracitadas (M P B Engenharia e Comércio LTDA e Construmaz Construtora LTDA EPP) e, que não vislumbra irregularidade na coincidência de endereços entre as empresas e, que inclusive a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA consta como inapta.

Quanto ao item “c” que questiona o fato do Sr. Marcos Alby Machado de Miranda, sócio administrador da empresa Atitude, ser testemunha no processo pelo qual o Sr. Marcello responde em nome da empresa M P B Engenharia e Comércio LTDA, neste caso,



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
GABINETE DO COMANDO**

FL. Nº _____

Visto _____

considerando os termos do Código de Processo Penal, Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, artigos 202 e 203, trata-se de matéria bem definida, e é expresso em prever que qualquer pessoa poderá ser testemunha.

Quanto ao item “d” que trata de informação quanto às empresas Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli possuírem funcionários em comum, este ordenador vislumbra como indiscutível diligência realizada levando aos autos a relação de funcionários (GFIP-SEFIP) expedida pelo Ministério da Fazenda, de ambas as empresas, e verificado que à época do processo licitatório não há funcionário em comum entre as empresas supracitadas.

Quanto ao item “e” que faz menção à formação de grupo econômico entre as empresas Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli, requerendo assim uma análise em que se realize o somatório de receitas dessas empresas, e com base nisso a aplicação do entendimento de que as mesmas emitiram declaração falsa quanto as suas condições de EPP (Empresa de Pequeno Porte); este ordenador ratifica o entendimento que se vislumbra nos autos, que não há qualquer comprovação de que as empresas CONTRMAZ CONTRUTORA LTDA EPP e ATITUE CONTRUTORA EIRELI formam um grupo econômico, logo não havendo o que se falar em emissão de declaração falsa, tampouco em somatório de receitas entre tais empresas, uma vez que consta no cartão do CNPJ e contrato social das referidas empresas a condição de EPP, bem como que os balanços patrimoniais corroboram para esse entendimento.

Quanto ao item “f” que relata atuação em conluio no RDC nº 003/2022/CBMPA entre as empresas M P B Engenharia e Comércio LTDA, Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli; esta autoridade vislumbra que tal argumentação não se sustenta, uma vez que as diligências realizadas, pareceres emitidos e decisão da presidente corroboram para o entendimento de que até o presente momento inexistente prova que leve a qualquer, comprovação de conluio entre as empresas acima citadas. Corrobora para esse entendimento as empresas possuírem diferentes endereços, sócios, telefones, e-mails, constas bancárias e ainda não compartilharem funcionários, contrariando taxativamente o que fora levantado nas alegações da recorrente.

Diante de todo o exposto, esta autoridade competente **CONHECE AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO**, para o mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, decidindo pela improcedência total das razões apresentadas pela licitante L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34, para o item

FL. Nº _____

Visto



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

01 do Edital do RDC nº 03/2022 - CBMPA, decidindo por CONCORDAR com a decisão proferida pela Presidente do RDC nº 03/2022 - CBMPA, e assim, manter a decisão que considerou habilitada a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05.

É a decisão.

Belém-Pará, 03 de agosto de 2022.

HAYMAN APOLO
GOMES DE

SOUZA:26470772234

Assinado de forma
digital por HAYMAN
APOLO GOMES DE
SOUZA:26470772234

Hayman Apolo Gomes de Souza – **CEL QOBM**

Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil
Ordenador de Despesas

presidente, de balizar sua decisão no acórdão nº 297/2009-TCU: que somente considera irregular o ingresso concomitante em licitação de empresas com sócios comuns quando se trata de: (i) convite; (ii) contratação por dispensa de licitação; (iii) existência de relação entre as licitantes e a empresa responsável pela elaboração do projeto executivo; e (iv) contratação de uma das empresas para fiscalizar serviço prestado por outra; hipóteses estas que mais uma vez se observa que não temos no RDC em apreço, pois nele sequer temos sócios em comum, então não vislumbro até este momento indícios de conluio ou fraude neste certame. E para finalizar os questionamentos da recorrente, temos seu pedido: (...) Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento a este Recurso para o fim de tornar sem efeito a decisão que habilitou a empresa Construmaz Construções Ltda., e declarar a Recorrente habilitada no RDC03/2022 dessa Instituição. Nesses Termos, Pede Deferimento. Belém, 19 de julho de 2022. L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. (Grifo nosso). Diante dos argumentos acima expostos, cumpre destacar que a decisão neste ato é por manter a habilitação da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP por falta de provas que deem base sólida à decisão contrária, bem como que do pedido, caso porventura inabilitada a empresa supracitada, a próxima empresa convocada seria a MULT NOBRE EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ 34.543.629/0001-08, e não a recorrente como assim requer.

9.CONCLUSÃO 9.1.Diante do exposto CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, decidindo pela improcedência total das razões apresentadas pela licitante L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34, para o item 01 do Edital do RDC nº 03/2022 - CBMPA, decidindo por manter a decisão que considerou habilitada a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05. 9.2.Registro que o conteúdo da denúncia/recurso em comento, supostamente, envolve empresa homologada ou que encontra-se em fase recursal de outros processos licitatórios deste órgão (RDC nº 001/2022/CBMPA - Reforma e ampliação do 13º GBM/Salinópolis e RDC nº004/2022/CBMPA - Reforma e ampliação do bloco operacional e acomodações do Comando Geral), já que vem a acusar as empresas ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI e CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP de formação de grupo econômico e conluio mediante análise dos processos licitatórios de forma conjunta e não isoladamente. Neste ato decisório, foram realizadas somente diligências limitadas às verificações de endereços e de alguns documentos em virtude da limitação temporal de resposta desta CPL, sem executar atos de investigação de forma estruturada, tal qual é balizada pelo rito completo de um processo apuratório institucional. Todavia, não inviabiliza, caso haja melhor entendimento por parte da autoridade superior e visando maior segurança à consecução dos próximos atos processuais, o estabelecimento de providências quanto à apuração mais detalhada para o caso. 9.3.Reitero que em comparação a denúncia impetrada pela recorrente na fase de julgamento de propostas e suas razões apresentadas neste recurso não houve apresentação de fatos novos, tratando-se da mesma argumentação, o que acarretou em retardo no andamento deste processo. 9.4.Nos termos do art. 9º inciso VI e art. 49 §2º do Decreto Estadual nº 1.974/2018 encaminho os autos à autoridade competente. 9.5.É a decisão. Belém-Pará, 01 de agosto de 2022. Renata de Aviz Batista – CAP QOBM

Decisão da Autoridade Competente: Não Procede

CPF da Autoridade Competente: 26470772234

Data/Hora: 03/08/2022 13:50

Fundamentação da Autoridade Competente: DECISAO RDC 03/2022/CBMPA- AUTORIDADE COMPETENTE Após análise da decisão da presidente titular, a Cap QOBM Renata de Aviz Batista, referente ao recurso impetrado ao resultado do RDC Eletrônico nº 003/2022-CBMPA, cujo objeto é a CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO E NOVA GUARDA DO QUARTEL DO COMANDO GERAL, inicialmente cabe citar os atos até aqui consignados: A fase externa teve início em 27/04/2022 e, neste ato, o processo licitatório contava com as peças e condições requeridas para tal; não houve registro de impugnações, porém houve pedidos de esclarecimentos, consignados nos autos e em campo próprio no sistema comprasnet; Processada a fase de lances, no decorrer da fase de julgamento de propostas foi impetrada denúncia pela empresa L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34, de possível caracterização de conluio e suposta interligação de endereços e funcionários em comum caracterizando assim, em tese, formação de grupo econômico para burlar licitações por parte da recorrida e, na oportunidade foram realizadas diligências pela CPL/CBMPA e emitido o parecer jurídico nº 150/2022/COJ/CBMPA, o qual concluiu que a denúncia não prosperava não sendo caracterizado então o conluio e/ou fraude à licitação; passada então à fase de habilitação e habilitada a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05. Passado a demais atos, foi manifestada intenção de recorrer pela empresa L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34 (mesma que impetrou denúncia em fase anterior), ao resultado proferido pela presidente responsável em 13/07/2022 quando habilitou a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05, com ponderações no que tange à habilitação (com idêntico teor a denúncia impetrada). Registre-se ainda que não participou do certame (RDC nº 003/2022/CBMPA) a empresa ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ 03.478.057/0001-99, tampouco a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 09.097.907/0001-95. Neste sentido, até aqui orientado sobre os principais pontos que merecem destaque para facilitar a compreensão desta decisão, tendo por base os fatos e documentos que culminaram até este ato, os argumentos utilizados pela recorrente e recorrida, o

entendimento pela ocorrência da ampla defesa e do contraditório, e ainda, que já houve manifestação jurídica deste órgão nos autos, diligências realizadas após o recebimento da denúncia e durante a fase recursal. Dos questionamentos impetrados pela recorrente temos que: a) Procuração outorgada ao Sr. Marcello Pinto Bezerra com plenos poderes para administrar a empresa Construmaz Construtora LTDA EPP; b) Coincidência de endereços (M P B Engenharia e Comércio LTDA, Construmaz Construtora LTDA EPP e residência do Sr. Marcello Pinto Bezerra); c) Sr. Marcos Alby Machado de Miranda (sócio administrador da empresa Atitude Construtora Eireli) como testemunha no processo que responde a empresa M P B Engenharia e Comércio LTDA; d) Funcionários em comum (Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli); e) Formação de grupo econômico com requisição de somatório de receitas entre as empresas Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli; f) Atuação em conluio na licitação RDC nº 003/2022/CBMPA (M P B Engenharia e Comércio LTDA, Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli). Em resposta aos questionamentos supracitados, este ordenador de despesas corrobora do entendimento firmado no parecer jurídico nº 150/2022/CBMPA para o caso em tela e com a decisão da presidente da comissão, para tanto temos que: Quanto ao item "a" considerando que o Sr. Marcello Pinto Bezerra figura como sócio administrador da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, que o mesmo responde a ação penal (em primeira instância), temos que não há óbice jurídico que impeça que o mesmo seja administrador não sócio da empresa Construmaz Construtora LTDA EPP. Quanto ao item "b" que trata da interligação de endereços este ordenador entende como válida as diligências realizadas quanto ao endereço atual do Sr. Marcello (Belém-Pará) que destoa do endereço das empresas supracitadas (M P B Engenharia e Comércio LTDA e Construmaz Construtora LTDA EPP) e, que não vislumbra irregularidade na coincidência de endereços entre as empresas e, que inclusive a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA consta como inapta. Quanto ao item "c" que questiona o fato do Sr. Marcos Alby Machado de Miranda, sócio administrador da empresa Atitude, ser testemunha no processo pelo qual o Sr. Marcello responde em nome da empresa M P B Engenharia e Comércio LTDA, neste caso, considerando os termos do Código de Processo Penal, Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, artigos 202 e 203, trata-se de matéria bem definida, e é expresso em prever que qualquer pessoa poderá ser testemunha. Quanto ao item "d" que trata de informação quanto às empresas Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli possuírem funcionários em comum, este ordenador vislumbra como indiscutível diligência realizada levando aos autos a relação de funcionários (GFIP-SEFIP) expedida pelo Ministério da Fazenda, de ambas as empresas, e verificado que à época do processo licitatório não há funcionário em comum entre as empresas supracitadas. Quanto ao item "e" que faz menção à formação de grupo econômico entre as empresas Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli, requerendo assim uma análise em que se realize o somatório de receitas dessas empresas, e com base nisso a aplicação do entendimento de que as mesmas emitiram declaração falsa quanto às suas condições de EPP (Empresa de Pequeno Porte); este ordenador ratifica o entendimento que se vislumbra nos autos, que não há qualquer comprovação de que as empresas CONTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP e ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI formam um grupo econômico, logo não havendo o que se falar em emissão de declaração falsa, tampouco em somatório de receitas entre tais empresas, uma vez que consta no cartão do CNPJ e contrato social das referidas empresas a condição de EPP, bem como que os balanços patrimoniais corroboram para esse entendimento. Quanto ao item "f" que relata atuação em conluio no RDC nº 003/2022/CBMPA entre as empresas M P B Engenharia e Comércio LTDA, Construmaz Construtora LTDA EPP e Atitude Construtora Eireli; esta autoridade vislumbra que tal argumentação não se sustenta, uma vez que as diligências realizadas, pareceres emitidos e decisão da presidente corroboram para o entendimento de que até o presente momento inexistente prova que leve a qualquer, comprovação de conluio entre as empresas acima citadas. Corrobora para esse entendimento as empresas possuírem diferentes endereços, sócios, telefones, e-mails, constas bancárias e ainda não compartilharem funcionários, contrariando taxativamente o que fora levantado nas alegações da recorrente. Diante de todo o exposto, esta autoridade competente CONHECE AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, decidindo pela improcedência total das razões apresentadas pela licitante L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ 06.336.443/0001-34, para o item 01 do Edital do RDC nº 03/2022 - CBMPA, decidindo por CONCORDAR com a decisão proferida pela Presidente do RDC nº 03/2022 - CBMPA, e assim, manter a decisão que considerou habilitada a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 18.409.353/0001-05. É a decisão. Belém-Pará, 03 de agosto de 2022. Hayman Apolo Gomes de Souza – CEL QOBM Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil Ordenador de Despesas